



**ATA - Reunião da CT de Licenciamento**

**Data: 13/07/2017 das 9h30 às 16h00**

**Local: Casan – Estreito/Florianópolis**

**I - PARTICIPANTES:**

- 1 Janaina Mendes – ANAMMA;  
2 Patrice Juliana Barzan – CASAN;  
3 Sandra Regina Batista – CIMVI;  
4 Fernanda Maria F. Vanhoni – CREA/SC;  
5 Jonas Comin Nunes (**Presidente**) e Odilon G. Amado Jr. – CRQ;  
6 Schirlene Chegatti – FACISC (**Relatora**);  
7 Claudio Soares da Silveira – FLORAM;  
8 Fabiane Nobrega Scalco – FIESC (**Secretária**);  
9 Alexandre Martins da Silva – FECAM;  
10 Ivana Becker – IMA SC;  
11 Luiz Antonio Garcia Correa – SDS;  
12 Rafael Paludo - CIMVI (Convidado);  
13 Nelson Tono Neto – OAB (Convidado);  
14 Guilherme Dallacosta - FACISC (Convidado);  
15 Bruno H. Beilfuss – SDS (Convidado);  
16 Rodrigo Delazeri – ACEF (Convidado).  
17  
18

**II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**

**1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.**

**2) Discussão e aprovação da minuta de revisão da Resolução Consema nº 10/2010, que dispõe sobre a Lista as ações e atividades consideradas de baixo impacto ambiental, para fins de autorização ambiental pelos órgãos ambientais competentes, no Estado de Santa Catarina, quando executadas em Área de Preservação Permanente – APP;**

Discussão:

Revisão da Resolução Consema nº 10/2010 - dispõe sobre a Lista as ações e atividades consideradas de baixo impacto ambiental, para fins de autorização ambiental pelos órgãos ambientais competentes, no Estado de Santa Catarina, quando executadas em Área de Preservação Permanente – APP. Foram avaliadas as sugestões dadas pela FECAM e pela OAB, levando em consideração o artigo 3º, inciso X, da Lei nº 12.651/2012, que atribui ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e aos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente o reconhecimento de outras atividades como de baixo impacto ambiental e o Art. 124-D, inciso XI, da Lei Estadual nº 14.675/2009 (Código Estadual do Meio Ambiente), que dispõe sobre a atribuição do CONSEMA de reconhecer outras atividades como de baixo impacto ambiental.

Encaminhamento:

FECAM irá elaborar justificativa técnica para alteração do 4, 5 e 10 da minuta do texto. Ainda em discussão, a minuta do texto para revisão da Resolução Consema nº 10/2010 será finalizada na próxima reunião.

**3) Novo código 34.11.06 – Produção de energia hidrelétrica através de centrais geradoras hidrelétricas de pequeno porte, sem formação de reservatório ou com aproveitamento de barramentos pré-existentes, já consolidados.**

Discussão: Solicitação da APESC para inclusão da atividade nos serviços de infraestrutura. Na reunião de 16/02/2018 da CTL, a FECAM e a SDS apresentaram informações sobre as



49	atividades de pequeno porte que aproveitam a adução para compensar o consumo de
50	energia elétrica. Nesta data, solicitou-se a presença do Sr. Bruno Henrique Beifuss
51	(Diretoria de Recursos Hídricos – SDS) que apresentou algumas informações relacionadas
52	acerca da interferência desta atividade no uso de recursos hídricos. Foi discutida a
53	alteração ou inclusão de novo código relacionado ao código abaixo:
54	
55	34.11.01 - Produção de energia hidrelétrica.
56	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: G Solo: G Geral: G
57	Porte Pequeno: $P \leq 10$ (EAS ou EIA, se $AI \geq 100$ )
58	Porte Médio: $10 < P < 30$ (EAS ou EIA, se $AI \geq 100$ )
59	Porte Grande: $P \geq 30$ (EAS ou EIA, se $AI \geq 100$ )
60	
61	<u>Encaminhamento:</u> Com base na discussão e a avaliação dos impactos relacionados a
62	pequenas centrais geradoras hidrelétricas de pequeno porte, sem formação de reservatório
63	ou com aproveitamento de barramentos pré-existent, a SDS, o IMA, a FECAM e a
64	CASAN irão elaborar minuta de código contendo a justificativa técnica para estabelecimento
65	dos critérios de licenciamento.
66	
67	<b>4) Licenciamento de Serrarias Móveis</b>
68	<u>Discussão:</u> Solicitação do IMA para avaliação das atividades envolvidas pelo código:
69	15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, conforme discussão ocorrida na
70	reunião CTL de 26/01/2018. Nesta data, houve a presença do Sr. Rodrigo Delazeri da
71	Associação Catarinense de Engenheiros Florestais – ACEF que destacou as características
72	da atividade a fim de subsidiar a alteração do código existente.
73	
74	15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira
75	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
76	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 3$ (RAP)
77	Porte Médio: $3 < AU(3) < 8$ (RAP)
78	Porte Grande: $AU(3) \geq 8$ (RAP)
79	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
80	Autorização Ambiental – AuA
81	
82	Discutiu-se a proposta de reduzir o porte ou alterar para conformidade ambiental para
83	atividades de beneficiamento no local do corte, em função de tratar-se de uma atividade
84	móvel, realizada em diferentes locais. Discutiu-se também a proposta de novo código,
85	conforme abaixo, avaliando-se o volume de madeira envolvido em cada operação, a fim de
86	determinar os portes, bem como a modalidade de licenciamento aplicável.
87	
88	15.10.01 – Beneficiamento primário da madeira no local do corte.
89	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
90	
91	Avaliou-se que os possíveis impactos são exclusivos dos equipamentos envolvidos, sendo
92	indispensável a apresentação da Autorização de Corte (AuC), se pertinente, restando assim
93	não aplicável o licenciamento específico do beneficiamento primário da madeira no local do
94	corte.
95	<u>Encaminhamento:</u> Alteração da descrição do código, a fim de especificar a exclusão do
96	licenciamento do beneficiamento primário da madeira no local do corte, conforme abaixo:
97	
98	15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, exceto quando realizado
99	somente por equipamento móvel.
100	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
101	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 3$ (RAP)



102 Porte Médio:  $3 < AU(3) < 8$  (RAP)  
103 Porte Grande:  $AU(3) \geq 8$  (RAP)  
104 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de  
105 Autorização Ambiental – AuA

106  
107 **5) Formulário para pedidos de inclusão, alteração ou exclusão de atividades**  
108 **licenciáveis.**

109 Discussão: Guilherme (FACISC) informou que está verificando junto à Secretaria Executiva  
110 o modelo a ser adotado, se em forma de resolução ou como alteração do regimento. O  
111 grupo avaliou como pertinente adotar uma resolução específica para estabelecer os critérios  
112 de inclusão, alteração ou exclusão de atividades licenciáveis.

113 Encaminhamento: A FACISC irá minutar uma proposta para análise.  
114

115

116

116 **6) Assuntos gerais.**

117

118 a) Próxima reunião em 27/07/18.

119 b) Código 53.40.00 – Serviços de aplicação de agrotóxicos e/ou produtos agrícolas, por  
120 aeronaves. Remeter para a Secretaria Executiva do Consema o encaminhamento da  
121 reunião da CTL de 16/02/2018 para reativar este código, considerando a publicação  
122 do Decreto Estadual nº 1.331, de 16 outubro de 2017.

123 c) Revisão periódica da relação de atividade passíveis de licenciamento das  
124 Resoluções CONSEMA nº 98 e 99/2017. Definido que a cada 06 (seis) meses serão  
125 avaliadas as demandas deliberadas pela CTL para encaminhamento ao plenário e  
126 publicação posterior. Esse formato será incluído na proposta em elaboração da  
127 FACISC. A secretaria e relatoria da CTL irão minutar a revisão dos códigos  
128 pendentes de publicação, relativos ao primeiro semestre de 2018.

129 d) Análise da solicitação da Ouvidoria n.º 2018015991, encaminhada à CTL pela  
130 Secretaria Executiva do Consema, contendo Ofício da LDD Engenharia Arquitetura e  
131 Consultoria Ltda. e Ofício nº 162/2017 da Fundação Ambiental Área Costeira de  
132 Itapema - FAACI, onde questiona-se o enquadramento de empreendimento  
133 contendo 248 (duzentos e quarenta e oito) unidades habitacionais e 06 (seis) salas  
134 comerciais sob os códigos:

135

136 71.11.01 -Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios  
137 onde se observe pelo menos uma das seguintes condições:

138 a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho  
139 de 2001;

140 b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

141 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

142 Porte Pequeno:  $10 \leq NH \leq 50$  (RAP)

143 Porte Médio:  $50 < NH < 100$  (RAP)

144 Porte Grande:  $NH \geq 100$  (EAS)  
145

146

146 71.11.07 -Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)  
147 localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes  
148 condições:

149 a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho  
150 de 2001;

151 b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.

152 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

153 Porte Pequeno:  $2.000 \leq AE(1) \leq 10.000$  (RAP)

154 Porte Médio:  $10.000 < AE(1) < 100.000$  (RAP)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

155	Porte Grande: $AE(1) \geq 100.000$ (EAS)
156	
157	<u>Encaminhamento:</u> Elaborar ofício de resposta para a Secretaria Executiva do
158	CONSEMA, esclarecendo que, para o caso concreto, aplica-se o código 71.11.07
159	pela porte de Área Edificada (AE), independente da quantidade de habitações (NH),
160	por tratar-se de condomínio misto.
161	
162	e) PEVs - Convidar a Vigilância Sanitária (VISA) para reunião (dia 27/07) a fim de
163	contribuir com a análise do tema.
164	
165	<b>II - ENCERRAMENTO:</b>
166	Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
167	convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de
168	todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene
169	Chegatti.